



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo nº: 34.472/2018-e (h).

Origem: Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU.

Assunto: Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes.

Ementa: Exame formal do Contrato nº 57/2018, firmado entre o **Serviço de Limpeza Urbana – SLU** e a empresa **SUSTENTARE SANEAMENTO S.A.**, por meio de dispensa de licitação, para a contratação emergencial de serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, nas áreas relativas ao denominado Lote 1¹.

. Despacho Singular nº 249/2019. Anuência em relação à apensação a estes autos do Processo nº 34.529/2018-e, que cuida do exame formal do Contrato nº 58/20184, firmado com a empresa **VALOR AMBIENTAL LTDA.**, por meio de dispensa de licitação, para a contratação emergencial de serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, nas áreas relativas ao denominado Lote 3² (Peça 17).

. Decisão nº 3.962/2019. Conhecimento. Audiência da Sra. **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, Diretora-Presidente do SLU, para apresentação de esclarecimentos. Determinação para instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. Retorno dos autos à Unidade Técnica (Peça 20).

. Apresentação de razões de justificativa pela Sra. **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS** (Peça 37).

. Decisão nº 5.253/2020. Conhecimento. Diligência cumprida. Diferimento do exame das justificativas insertas. Determinação para disponibilização de cópia eletrônica de processos. Retorno dos autos à Unidade Técnica (Peça 44).

. Juntada de cópia eletrônica dos processos solicitados, conforme Ofício nº 2125/2020 – SLU/PRESI (Peça 53).

Fase atual: análise da documentação acostada aos autos, com

¹ Itapuã, Paranoá, Região dos Lagos, Condomínios Contagem, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darmas, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista Condomínios Grande Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo Bandeirante, Guará I, Guará II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Condomínios Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco, Vila Planalto.

² Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II (2ª etapa), Riacho Fundo II (3ª etapa), Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente, incluindo as operações de transferência de resíduos sólidos (domiciliares e da varrição) das Estações de Transbordo do Gama e do Sobradinho, a transferência de rejeitos da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico Asa Sul (UTMB Asa Sul) e Unidade de Tratamento Mecânico Biológico Ceilândia (UTMB Ceilândia) ao Aterro Sanitário de Brasília (ASB), e a transferência de Composto da UTMB Asa Sul para o pátio de compostagem da UTMB Ceilândia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

vistas a avaliar a necessidade de se determinar nova audiência de responsáveis.

. A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM propõe ao eg. Plenário que: 1) *tome conhecimento da documentação que indica*; 2) *considere cumprida uma diligência ordenada e declare a perda de objeto de outra*; 3) *determine a audiência dos agentes públicos indicados na Matriz de Responsabilização vista à Peça 56*; 4) *expeça recomendação ao SLU acerca dos mecanismos de controle de prazos em procedimentos necessários à deflagração de licitações*; e 5) *autorize o fornecimento de documentação em subsídio, bem como o retorno dos autos à SEGEM para providências (Peça 57)*.

. O Ministério Público de Contas do DF – MPC/DF, nos termos do Parecer nº 667/2021 – G3P/DA, da lavra do ilustre Procurador **DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE**, opina em harmonia com as medidas indicadas pela Unidade Técnica (Peça 60).

. **VOTO** convergente. Conhecimento. Diligência cumprida e perda de objeto de outra. Ampliação do rol de responsáveis. Individualização de condutas. Audiência de responsáveis. Envio de documentação em subsídio. Devolução dos autos à SEGEM.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da análise dos aspectos formais da contratação emergencial firmada entre o **Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF** e a empresa **SUSTENTARE SANEAMENTO S. A.**, Contrato nº 57/2018, por meio de dispensa de licitação, no montante estimado em **R\$ 85.707.477,36**, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza urbana, compreendendo a coleta, remoção e transporte de resíduos sólidos domiciliares (excetuando-se os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva), as atividades de limpeza de vias e logradouros públicos (varrição manual e mecanizada, catação de papéis em áreas gramadas, a lavagem de vias urbanas, a lavagem de monumentos e prédios públicos, a pintura de meio-fio e equipes de serviços diversos), a remoção e transporte de resíduos sólidos produzidos nestas atividades de limpeza, a remoção de resíduos volumosos e de entulhos lançados em logradouros, a remoção de animais mortos, a prestação dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de transferência de resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal, atividades estas devidamente referenciadas nas áreas compreendidas no Lote 1, conforme se extrai da publicação de extrato contratual publicado (DODF n.º 205, de 26/10/18, Peça 1).

Posteriormente, foi apensado a estes autos o Processo nº 34.529/2018-e, que cuida do exame formal do **Contrato nº 58/2018**, firmado com a empresa **VALOR AMBIENTAL LTDA.**, por meio de dispensa de licitação, para a contratação emergencial dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, descritos anteriormente, desta feita nas áreas relativas ao denominado Lote 3.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Na Sessão Ordinária de 19.11.2019, o Tribunal deliberou nos termos do **item II** da Decisão nº 3.962/2019, Peça 20, por autorizar a audiência da Sra. **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS** para que apresentasse esclarecimentos em relação aos fatos a ela imputados, bem como determinou ao SLU a instauração de Tomada de Contas Especial – TCE a fim de apurar indício de dano ao erário decorrente dos preços praticados nos Contratos Emergenciais nºs 57/2018 e 58/2018 (**item III**).

Em atendimento, o SLU, via Ofício SEI-GDF nº 1/2020-SLU/PRESI, Peça 26, apresentou a Instrução SEI-GDF nº 331/2019-SLU/PRESI, mediante a qual foram designados servidores para apurar o indício de dano indicado, cujos trabalhos ocorrerão no âmbito do Processo SLU nº 00094-00006744/2019-18, e a Sra. **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS** ofereceu suas razões de justificativa, conforme Peça 37.

Do exame que procedeu na documentação acostada, a Corte encampou tese oferecida pela Unidade Técnica, no sentido de haver indícios de envolvimento de outros agentes públicos, em nível técnico, cujos atos poderiam ter contribuído decisivamente para as irregularidades apontadas.

Dessa forma, antes de examinar os esclarecimentos prestados pela Sra. **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, o Tribunal, conforme a Decisão nº 5.253/2020, Peça 44, abaixo transcrita, entre outras medidas, entendeu pela necessidade de obtenção de novos elementos, objetivando identificar, à inteireza, as devidas responsabilidades e o nexo de causalidade.

I – tomar conhecimento:

- a) da Informação nº 70/2020 – SEGEM/DIGEM2, peça 39;*
- b) do Ofício SEIGDF nº 1/2020 – SLU/PRESI, peça 26;*
- c) das razões de justificativa oferecidas pela Sra. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS, em atenção aos itens II.a e II.b da Decisão nº 3.962/2019, peça 37;*

II – considerar atendido o item III da Decisão nº 3.962/2019;

III – deixar para deliberar sobre as razões de justificativa apresentadas em atenção aos itens II.a e II.b da Decisão nº 3.962/2019 em fase posterior, haja vista os argumentos tratados no parágrafo 85 da Informação nº 70/2020 – SEGEM/DIGEM2;

IV – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF que disponibilize a este Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias, cópia eletrônica dos Processos nºs 094.000.855/2017, 094.007.229/2018, 094.00001000/2019-15, 094.000.854/2017, 094.007.211/2018 e 00094-00001002/2019-04, relativos, respectivamente, aos Contratos Emergenciais nºs 32/2017, 27/2018, 9/2019, 33/2017, 29/2018 e 10/2019;

V – autorizar:

- a) a disponibilização da Informação nº 70/2020 – SEGEM/DIGEM2, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Sra. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS e ao SLU/DF;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para as providências necessárias

Em atenção, nos termos do Ofício nº 2125/2020-SLU/PRESI, Peça 53, o SLU informou ter protocolado nesta Corte cópia eletrônica dos processos solicitados.

A presente fase processual cuida, portanto, da análise da documentação acostada aos autos, com vistas a avaliar a necessidade de se determinar nova audiência de responsáveis.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA

A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, nos termos da Informação nº 30/2021 – SEGEM/DIGEM2, Peça 57, produziu extensa e detalhada análise, buscando apurar as condutas e respectivas responsabilidades dos agentes públicos que atuaram nos procedimentos administrativos dos diversos ajustes posteriores aos Contratos nº 12/2012 e nº 13/2012, bem como nas ações preliminares do PE nº 2/2017-PE/SLU-DF, “... *haja vista que o atraso verificado na conclusão desse certame resultou na prorrogação excepcional desses instrumentos contratuais e posterior formalização dos vários contratos emergenciais*”, incluídos os ajustes tratados nestes autos.

Considerando o conjunto de anotações que produziu, a Unidade Técnica apresenta as seguintes Conclusão e Sugestões ao egrégio Plenário:

V. CONCLUSÃO

445. *Cuida-se de exame de contratações emergenciais realizadas após o término dos Contratos nºs 12/2012 e 13/2012.*

446. *Nesta fase, em consonância com a Decisão nº 5253/2020, foram apreciados os autos do procedimento administrativo relativo ao Pregão Eletrônico nº 02/2017-SLU/DF (PE 02/2018-SLU/DF, renumerado) quanto à apuração de responsabilidade de agentes públicos cujas ações, por inércia e falta de planejamento na condução do processo objeto do Pregão Eletrônico em tela, culminaram na prorrogação excepcional dos contratos em tela, bem assim na efetivação de diversos ajustes emergenciais.*

447. *Também se examinaram os Contratos nºs 57/2018 e 58/2018, sob a mesma ótica, constatando-se, também, a ocorrência de pesquisa de preços deficitária a embasar os valores desses ajustes, bem como desídia administrativa, motivo de também se indicarem responsáveis a serem chamados em audiência para apresentarem razões de justificativa.*

448. *Quanto aos demais contratos, não foram identificadas falhas dignas de nota, quais sejam: a) 32/2017; b) 33/2017; c) 27/2018; d) 29/2018; e) 9/2019 e f) 10/2019. Por essa razão, excluiu-se da possível sanção a ser imposta aos responsáveis o inciso III do art. 57, da Lei Complementar nº 1/1994, mantendo-se o, para esse fim, o art. 57, II, do mesmo diploma legal.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

449. Constatou-se, também, que em nenhum dos processos emergenciais analisados cumpriu-se o prazo de 120 dias de antecedência do término dos contratos para que se iniciassem os procedimentos internos para nova licitação.

450. Todavia, em razão da edição da Instrução Normativa nº 14, de 25.8.2020, que ajustou o período em destaque à complexidade dos objetos a serem licitados, tem-se como suficiente emitir recomendação ao SLU no sentido implantar, caso não os possua, ou aprimore, se existentes, mecanismos efetivos de controle de prazos.

451. Os gestores públicos indicados como responsáveis a serem chamados em audiência por suposta afronta ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, bem como aos itens II, "a" e II, "b", da Decisão nº 3.500/1999, indicados na matriz de responsabilização constante da peça 56 destes autos são:

Tabela 2 - Responsáveis a serem chamados em audiência

Nome	CPF
Heliana Kátia Tavares Campos	232.529.956-20
Cristina de Saboya Gouveia Santos	369.946.503-91
Carla Patrícia Barbosa Ramos Andrade	386.350.461-53
Quezia Alcântara Vila Nova	552.470.081-20
Alessandra de Fátima Goulart de Oliveira	462.090.696-49

452. A Sr^a **Eliana Filomena Barbosa Nicolini**, CPF 522.868.436-00, Diretora da Diretoria de Limpeza Urbana - DILUR, deve ser chama em audiência em razão possível afronta art. 26, parágrafo único, inc. III, da Lei nº 8.666/1993.

453. Em razão das presentes análises, entende-se que o item II da Decisão nº 3962/2019 perdeu seu objeto.

454. Por fim, haja vista a atuação da jurisdicionada em função do item IV da Decisão nº 5253/2020, resta considerar atendida a determinação plenária.

VI. SUGESTÕES

455. Por todo o exposto, sugere-se ao egrégio Tribunal:

I. tomar conhecimento:

- desta Informação;
- da matriz de responsabilização de peça 56;
- do Ofício nº 2125/2020 - SLU/PRESI, do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU e documentos anexos (peças 53 e 47/58);
- dos processos apresentados pela Autarquia, associados estes autos;

II. considerar:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- a) *atendido o item IV da Decisão nº 5253/2020;*
- b) *perda do objeto do item II da Decisão nº 3962/2019;*
- III. *chamar em audiência, com esteio no art. 43, II, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c, o art. 248, inc. IV, do RITCDF, os agentes públicos indicados nos §§ 451 e 452 desta Informação, para, no prazo de 30 dias, apresentarem os esclarecimentos que entenderem pertinentes em relação aos fatos que lhes são imputados, conforme matriz de responsabilização vista à peça 56, considerando a possibilidade de serem sancionados na forma do art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994;*
- IV. *recomendar ao SLU que implante, caso não os possua, ou aprimore, se existentes, mecanismos efetivos de controle dos prazos a que se refere a Instrução Normativa nº 14, de 25 de agosto de 2020, de modo a evitar ou minimizar os atrasos verificados nos procedimentos iniciais necessários à deflagração de licitações;*
- V. *autorize:*
 - a) *a disponibilização desta Informação, do Relatório/Voto, da matriz de responsabilização (peça 56) e da decisão que vier a ser proferida aos responsáveis chamados em audiência;*
 - b) *o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para as providências necessárias.*

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.

Chamado a se manifestar no feito, o Ministério Público de Contas, nos termos do Parecer nº 667/2021-G3P/DA, da lavra do ilustre Procurador **DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE**, opina em harmonia com as medidas indicadas pela Unidade Técnica (Peça 60).

É o relatório.

VOTO

Na presente fase processual, a Unidade Técnica, à luz da documentação acostada, apresenta indícios de envolvimento de agentes públicos, cujos atos, a seu ver, teriam contribuído decisivamente para as irregularidades apontadas.

Dessa forma, a SEGEM entendeu, com a anuência do douto *Parquet*, pela necessidade de realização de novas audiências, conforme individualização, condutas e nexos de causalidade indicadas na Matriz de Responsabilização vista à Peça 56.

Ao compulsar os autos, não encontro elementos que me afastem das conclusões contidas nas manifestações que me antecederam.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Com efeito, a extensa e detalhada análise produzida pela Unidade Técnica depura o igualmente vasto conjunto de informações disponibilizado à Corte, relativo aos processos administrativos que, de uma forma ou de outra, relacionam-se com as contratações emergenciais em tela.

Nessa esteira, ao estudar a cronologia dos acontecimentos em cada um dos referidos processos administrativos, devidamente contrastada com as competências e atribuições previstas no Regimento Interno do SLU, bem como com as disposições que emanam da Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93, a Unidade Técnica aponta a ocorrência de **graves irregularidades**, notadamente envolvendo a demora no início de procedimentos licitatórios, a ausência de planejamento adequado, ou, ainda, a desídia na condução de outros, que ensejaram as dispensas de licitação objeto dos contratos em destaque, entre outras.

Dessa forma, ante a magnitude das faltas e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, acolho a proposta de audiência oferecida pela Unidade Técnica e *Parquet*, conforme indicado na Matriz de Responsabilização de Peça 56.

Em decorrência, por restarem atualizados os parâmetros de irregularidade, conduta e nexos de causalidade da Sra. **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS** em função das análises expendidas pela Unidade Técnica, acompanho o entendimento de que o **item II** da Decisão nº 3.962/2019³ perdeu seu objeto.

De igual modo, afigura-se-me de bom alvitre a expedição de **recomendação** ao SLU no sentido de implantar ou aprimorar, conforme o caso, mecanismos efetivos de controle de prazos de contratos no âmbito da Autarquia, mormente em razão das falhas identificadas nestes autos, bem como das considerações dispostas nos §§ 92 a 103 da Informação nº 30/2021 – SEGEM/DIGEM2.

Pelo exposto, em harmonia com a Unidade Técnica e MPC/DF, cujas análises e conclusões adoto como razões de decidir, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a.** da Informação nº 30/2021 – SEGEM/DIGEM2, Peça 57;
- b.** da Matriz de Responsabilização de Peça 56;

³ II – autorizar a audiência de HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS, CPF nº 232.529.956-20, Diretora - Presidente do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, no período de 06/01/2015 a 01/01/2019, para que, no prazo de 30 dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos consignados, considerando a possibilidade de ser sancionada na forma do art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 1/1994, conforme: a) parágrafos 15/23 da Informação nº 20/2019–Diacomp1 e parágrafos 15/29 da Informação nº 23/2019–Diacomp1, haja vista a afronta ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, bem como aos itens II, “a” e II, “b”, da Decisão nº 3.500/1999; b) parágrafos 30/36 da Informação nº 20/2019–Diacomp1 e parágrafos 31/38 da Informação nº 23/2019–Diacomp1, haja vista a afronta ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, bem como a prática de desídia administrativa, conforme aventado pelo próprio SLU/DF (parágrafos 33/34 e 35/36 da respectivas Informações);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- c.** do Ofício nº 2125/2020 - SLU/PRESI, do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU e anexos, Peças 53 e 47/52;
 - d.** dos processos apresentados pela Autarquia, associados estes autos;
- II - considere:**
 - e.** atendido o item IV da Decisão nº 5.253/2020;
 - f.** que o item II da Decisão nº 3962/2019 perdeu seu objeto;
- III - determine, com esteio no art. 43, II, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c, o art. 248, inc. IV, do RITCDF, a audiência dos agentes públicos indicados nos §§ 451 e 452 da Informação nº 30/2021 – SEGEM/DIGEM2, para, no prazo de 30 dias, apresentarem os esclarecimentos que entenderem pertinentes em relação aos fatos que lhes são imputados, conforme matriz de responsabilização vista à Peça 56, considerando a possibilidade de serem sancionados na forma do art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/94;**
- IV - recomende ao SLU que implante, caso não os possua, ou aprimore, se existentes, mecanismos efetivos de controle dos prazos a que se refere a Instrução Normativa nº 14, de 25 de agosto de 2020, de modo a evitar ou minimizar os atrasos verificados nos procedimentos iniciais necessários à deflagração de licitações;**
- V - autorize:**
 - g.** a disponibilização da Informação nº 30/2021 – SEGEM/DIGEM2, Peça 57, do presente Relatório/Voto, da Matriz de Responsabilização, Peça 56, e da decisão que vier a ser proferida aos responsáveis chamados em audiência;
 - h.** o retorno dos autos à SEGEM, para as providências necessárias.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2021.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro Relator